

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.782 - SP (2019/0245740-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **JOAO SOUTO LIBERIO**
ADVOGADOS : **AGEU CAMARGO - SP304827**
 ALINE APARECIDA RICARDO CAMARGO - SP339330
SUSCITADO : **JUÍZO DA 84ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E**
 RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL DE
 SÃO PAULO - SP
INTERES. : **FABRICA DE SERRAS SATURNINO LTDA**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO RECUPERACIONAL. NECESSIDADE DE HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NO QUADRO GERAL DE CREDORES DA SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência que tem como suscitante João Souto Libério e como suscitados o Juízo da 84ª Vara do Trabalho de São Paulo-SP e o Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo-SP.

Na origem, o suscitante propôs, perante o Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo-SP, pedido de habilitação de crédito, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), contra a recuperanda Fábrica de Serras Saturnino Ltda., originário da Reclamação Trabalhista n. 1001724-26.2016.5.02.0084 que tramitou junto a 84ª Vara do Trabalho de São Paulo-SP.

O Juízo recuperacional indeferiu o pedido, ao entendimento de que crédito foi constituído após o pedido de recuperação judicial, sendo, portanto, extraconcursal (e-STJ, fls. 9-10).

Posteriormente, o credor redirecionou o pedido de prosseguimento da execução ao Juízo da 84ª Vara do Trabalho de São Paulo-SP, que também o indeferiu e declarou-se incompetente, nos seguintes termos (e-STJ, fl. 8, sem grifos no original):

Superior Tribunal de Justiça

É certo que o deferimento do processamento da recuperação judicial faz com que as execuções promovidas contra a empresa "recuperanda" sejam suspensas e o crédito habilitado no Juízo Universal, vez que o instituto "... tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

Assim, a Lei nº 11.101 de 09 de janeiro de 2005, determina que após a fixação do valor do crédito, a execução - inclusive aquelas que decorrem de causas trabalhistas -, prossiga no Juízo Universal, com a devida habilitação junto ao Administrador Judicial, fato que inviabiliza o prosseguimento da execução nesta Especializada.

Neste sentido, segue julgamento do C. Supremo Tribunal Federal em conflito de competência:

"EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL COMUM, COM EXCLUSÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INTERPRETAÇÃO DO DISPOSTO NA LEI 11.101/05, EM FACE DO ART. 114 DA CF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E IMPROVIDO. I - A questão central debatida no presente recurso consiste em saber qual o juízo competente para processar e julgar a execução dos créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial. II - Na vigência do Decreto-lei 7.661/1945 consolidou-se o entendimento de que a competência para executar os créditos ora discutidos é da Justiça Estadual Comum, sendo essa também a regra adotada pela Lei 11.101/05.

III - O inc. IX do art. 114 da Constituição Federal apenas outorgou ao legislador ordinário a faculdade de submeter à competência da Justiça Laboral outras controvérsias, além daquelas taxativamente estabelecidas nos incisos anteriores, desde que decorrentes da relação de trabalho. IV - O texto constitucional não o obrigou a fazê-lo, deixando ao seu alvedrio a avaliação das hipóteses em que se afigure conveniente o julgamento pela Justiça do Trabalho, à luz das peculiaridades das situações que pretende reger. IV - A opção do legislador infraconstitucional foi manter o regime anterior de execução dos créditos trabalhistas pelo juízo universal da falência, sem prejuízo da competência da Justiça Laboral quanto ao julgamento do processo de conhecimento. V - Recurso extraordinário conhecido e improvido. (RE 583.955/RJ Rio de Janeiro, Relator: Min. Ricardo Lewandowski, Julgamento: 28/05/2009, Órgão Julgador: Tribunal Pleno, Publicação: DJe162 DIVULG 27082009, PUBLIC 28082009, EMENT VOL-0237109 PP01716)".

Irresignado, o credor suscita o presente conflito de competência.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo universal, nos termos do parecer assim sumariado (e-STJ, fl. 23):

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. EXECUÇÃO. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA RECUPERANDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.

1. Iniciada a recuperação judicial, com a apresentação e homologação do plano, é fundamental que eventuais atos constritivos dos ativos da sociedade sejam submetidos ao crivo do juízo universal, sob pena de se esvaziar o propósito da recuperação.
2. Independentemente de o crédito perseguido ter se constituído antes ou após a propositura da recuperação judicial, os atos executivos destinados à sua satisfação devem ser processados perante o juízo universal, sob pena do plano de recuperação ser inviabilizado e dos credores cujos créditos se submeteram ao referido plano serem preteridos e prejudicados em razão da constrição do patrimônio da recuperanda.
3. Parecer pela competência do juízo universal.

Brevemente relatado, decido.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, em demandas em que a obrigação tem origem em fato preexistente à data de deferimento do pedido de recuperação judicial, deve a ação de conhecimento prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, após o qual, com a determinação do valor devido, deverá o respectivo crédito ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005.

Uma vez iniciada a recuperação judicial e apresentado o respectivo plano de soerguimento, é necessário que os atos constritivos praticados em detrimento dos ativos da sociedade sejam submetidos ao juízo universal, pois o destino do seu patrimônio não pode ser afetado por decisões prolatadas por juízo diverso daquele competente para a recuperação, sob pena de prejudicar o funcionamento da empresa, comprometendo, assim, o sucesso do plano de recuperação, ainda que transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias (art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005).

Nesse sentido:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. JUSTIÇA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. SERVIÇO PRESTADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXISTÊNCIA. SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. POSTERIOR SENTENÇA DECLARATÓRIA DO CRÉDITO. ATO JUDICIAL QUE DECLARA O CRÉDITO JÁ EXISTENTE EM TÍTULO JUDICIAL. CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO.

COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O art. 49 da Lei 11.101/2005 prevê que "estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos", o que conduz à conclusão de que a submissão de um determinado crédito à Recuperação Judicial não depende de provimento judicial anterior ou contemporâneo ao pedido, mas apenas que seja referente a fatos ocorridos antes do pedido. 2. O art. 7º da Lei 11.101/2005 afirma que o crédito já existente, ainda que não vencido, pode ser incluído de forma extrajudicial pelo próprio Administrado Judicial, ao elaborar o plano ou de forma retardatária, evidenciando que a lei não exige provimento judicial para que o crédito seja considerado existente na data do pedido de recuperação judicial. 3. O crédito trabalhista, relativo ao serviço prestado em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, submete-se ao respectivo procedimento e aos seus efeitos, atraindo a competência do Juízo da Recuperação Judicial, para processar a respectiva habilitação, ainda que de forma retardatária. Precedentes da Terceira Turma. 4. Conflito conhecido e provido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial. (CC n. 139.332/RS, Relator o Ministro Lázaro Guimarães, Desembargador convocado do TRF 5ª Região, Segunda Seção, julgado em 25/4/2018, DJe 30/4/2018 - sem grifo no original)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEVEDOR EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. EVENTO DANOSO OCORRIDO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO RECUPERACIONAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA POSTERIORMENTE. IRRELEVÂNCIA. 1. Ação ajuizada em 20/5/2013. Recurso especial interposto em 27/9/2017 e concluso ao Gabinete em 8/3/2018. 2. O propósito recursal é definir se o crédito de titularidade das recorridas, decorrente de sentença condenatória transitada em julgado após o pedido de recuperação judicial do devedor, deve sujeitar-se ao plano de soerguimento. 3. Devidamente analisadas e discutidas as questões controvertidas, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, não há como reconhecer a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional. 4. Para os fins do art. 49, caput, da Lei 11.101/05, a constituição do crédito discutido em ação de responsabilidade civil não se condiciona ao provimento judicial que declare sua existência e determine sua quantificação. Precedente. 5. Na hipótese, tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora. 6. Recurso especial provido. (REsp n. 1.727.771/RS, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 15/5/2018, DJe 18/5/2018 - sem grifo no original)

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA.

DISCUSSÃO SOBRE INCLUSÃO DE CRÉDITO EM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. "DEMANDA ILÍQUIDA". APLICAÇÃO DO § 1º DO ART. 6º DA LEI N. 11.101/2005. CRÉDITO REFERENTE À AÇÃO INDENIZATÓRIA. OBRIGAÇÃO EXISTENTE ANTES DO PEDIDO DE SOERGUMENTO. INCLUSÃO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DA LEI N. 11.101/2005. RECURSO PROVIDO. 1. Não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, pois o eg. Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha a examinar uma a uma as alegações e os argumentos expendidos pelas partes. Ademais, não se configura omissão quando o julgador adota fundamento diverso daquele invocado nas razões recursais. 2. No caso, verifica-se que a controvérsia principal está em definir se o crédito decorrente de sentença condenatória, proferida em autos de ação indenizatória ajuizada antes do pedido de soerguimento, submete-se, ou não, aos efeitos da recuperação judicial em curso. 3. A ação na qual se busca indenização por danos morais - caso dos autos - é tida por "demanda ilíquida", pois cabe ao magistrado avaliar a existência do evento danoso, bem como determinar a extensão e o valor da reparação para o caso concreto. 4. Tratando-se, portanto, de demanda cujos pedidos são ilíquidos, a ação de conhecimento deverá prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, após o qual, sendo determinado o valor do crédito, deverá ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial. Interpretação do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005. 5. Segundo o caput do art. 49 da Lei n. 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. 6. A situação dos autos demonstra que o evento danoso, que deu origem ao crédito discutido, bem como a sentença que reconheceu a existência de dano moral indenizável e dimensionou o montante da reparação, ocorreram antes do pedido de recuperação judicial. 7. Na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade devedora. 8. Recurso especial provido. (REsp n. 1.447.918/SP, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 7/4/2016, DJe 16/5/2016 - sem grifo no original)

Com efeito, consoante o entendimento jurisprudencial deste Tribunal Superior, "o art. 49 da Lei 11.101/2005 prevê que 'estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos', o que conduz à conclusão de que a submissão de um determinado crédito à Recuperação Judicial não depende de provimento judicial anterior ou contemporâneo ao pedido, mas apenas que seja referente a fatos ocorridos antes do pedido".

Nesse contexto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São

Superior Tribunal de Justiça

Paulo-SP, o suscitado.

Comunique-se. Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

